



**Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.**  
Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do  
Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2017



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016	10

# Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes  
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar  
Botafogo  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (Companhia ou “LEST”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes e, dessa forma não expressamos opinião sobre essas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos



procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Marcio Romulo Pereira".

Marcio Romulo Pereira  
CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.753	-
Adiantamento a fornecedor		628	1
Impostos a recuperar	7	54	-
Despesas antecipadas	6	109	1
Depósitos judiciais e cauções		5	-
Total do ativo circulante		13.549	1
<b>Não circulante</b>			
Despesas antecipadas	6	419	-
Contas a receber (ativo de concessão)	8	1.394	-
Imobilizado	9	13	-
Total do ativo não-circulante		1.826	-
<b>Total do ativo</b>		<b>15.375</b>	<b>1</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e outras obrigações	10	773	-
Salários e encargos a pagar		14	-
Obrigações tributárias		24	-
Impostos diferidos	11	7	-
Total do passivo circulante		818	-
<b>Não circulante</b>			
Impostos diferidos	11	277	-
Partes relacionadas		34	14
Total do passivo não circulante		311	14
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	13	15.575	-
Prejuízos acumulados		(1.329)	(13)
Total do patrimônio líquido		14.246	(13)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>15.375</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

### Demonstração do resultado

Exercício e período de dez meses findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>31/12/2017</u>	<u>01/02 a 31/12/2016</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	14	<b>1.343</b>	-
<b>Custos dos bens em construção</b>	15	(1.330)	-
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>13</b>	-
<b>Despesas operacionais</b>			
Honorários da diretoria	16	(457)	-
Gerais e administrativas		(915)	(12)
Depreciação e amortização		(1)	-
Tributárias		(3)	(1)
		<u>(1.376)</u>	<u>(13)</u>
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(1.363)</b>	<b>(13)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		296	-
Despesas financeiras		(8)	-
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	17	<b>288</b>	-
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(1.075)</b>	<b>(13)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(8)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(233)	-
<b>Prejuízo do exercício/período</b>		<b>(1.316)</b>	<b>(13)</b>
<b>Prejuízo por ação – R\$</b>		<b>(0,01)</b>	<b>(0,13)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

### Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Nota explicativa	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Prejuízo do período		-	(13)	(13)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>		<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>(13)</u>
Subscrição de capital	13	15.575	-	15.575
Prejuízo do exercício		-	(1.316)	(1.316)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		<u>15.575</u>	<u>(1.329)</u>	<u>14.246</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

### Demonstração do fluxo de caixa Em milhares de reais

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>01/02 a 31/12/2016</b>
Prejuízo do exercício/período	(1.316)	(13)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	1	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	283	-
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber (ativo de concessão)	(1.394)	
Adiantamento à fornecedores	(628)	(1)
Despesas antecipadas	(528)	-
Tributos a recuperar	(54)	-
Depósitos judiciais e cauções	(5)	-
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores e outras obrigações	788	-
Obrigações fiscais	24	-
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	<u>(2.829)</u>	<u>14</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(14)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(14)</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades com o acionista</b>		
Subscrição de capital	15.575	-
Partes relacionadas	21	14
Caixa líquido gerado pelas atividades com o acionista	<u>15.575</u>	<u>-</u>
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>12.753</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período	12.753	-
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	12.753	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 1 Informações gerais

### 1.1 Contexto operacional

A Lest o Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 – parte, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL, as quais deverão entrar em operação comercial na data de 11 de fevereiro de 2022 e são descritas a seguir:

#### Aspectos regulatórios

Em 24 de abril de 2017, a Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions AO26 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016-ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA, para aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente as linhas de transmissão Paulo Afonso e Xingó.

Em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As Instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV – Luiz Gonzaga, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó – Jardim, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

A Lest tem até 11 de fevereiro de 2022 para finalizar a construção do empreendimento conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$324 Milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020.

A Companhia solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), como titular do projeto. Nossa expectativa é de que até o mês de abril/18, a concessão do benefício seja autorizada pelo Ministério da Fazenda.

## **Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Um intenso trabalho junto aos órgãos responsáveis, vêm sendo feito para obtenção da LP (Licença Prévia), prevista para o mês de junho/18 e para a LI (Licença de Instalação), prevista para dezembro/18. Nesse cenário, conseguiremos iniciar o trabalho em campo, no início de janeiro/19.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 20 de março de 2018.

### **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira.

Como a Companhia foi constituída em 01 de fevereiro de 2016, as demonstrações contábeis não possuem informações comparativas, como a demonstração do resultado, do resultado abrangente e do fluxo de caixa que contemplam o período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

#### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Contas a receber (ativo da concessão) – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

b) Receita de construção - durante a fase de construção dos ativos, a Companhia reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados. A Companhia considera em modelo margem “zero” para a construção. Para manter essa margem, a Companhia adiciona os tributos do PIS e COFINS na receita de construção.

c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas de construção.

### **3 Principais políticas contábeis**

#### **3.1 Caixa e equivalente de Caixa**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **3.2 Instrumentos financeiros**

##### a) Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia têm como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) contas a receber (ativo de concessão).

#### b) Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; e (ii) outras obrigações.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

### **3.3 Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço da Companhia, quando houver lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 3.4 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12 e orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão - vide nota explicativa nº 3.8.). As concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) – Contratos de Construção e CPC 30 (R1) (IAS 18) – Receitas (Serviços de Operação e Manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de remuneração do ativo da concessão: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial desse ativo financeiro.

b) Receita de construção: serviços de construção da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção da infraestrutura são reconhecidas com base nos custos incorridos durante a fase dos estudos iniciais e de construção e é registrada pelo seu valor justo.

### 3.5 Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, incluem os valores a receber referentes aos serviços de construção da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e dos serviços de operação e manutenção.

### 3.6 Demonstração de fluxo de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### 3.7 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído.

### 3.8 Contratos de concessão (interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 – IFRIC 12)

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizados) revertidos ao Poder Concedente no vencimento do respectivo contrato. A concessionária tem direito de operar e manter a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a concessionária atua como prestadora de serviço. A concessionária constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção da

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante o prazo da concessão.

A concessionária deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18). Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção da infraestrutura ou serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro origina-se à medida que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção e melhoria da infraestrutura; o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A concessionária tem o direito incondicional de receber caixa se o Poder Concedente garantir em contrato o pagamento: (a) de valores preestabelecidos ou determináveis; ou (b) se houver insuficiência dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pela concessionária de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia estão descritos a seguir:

- A interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 22) foram consideradas aplicáveis aos contratos de serviço público-privado de que a Companhia faz parte.
- Os ativos vinculados às concessões estão classificados de acordo com o modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e os custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro por meio dos custos incorridos.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Essa indenização somente será paga sobre os valores residuais, se houver, os custos capitalizados após a entrada em operação do empreendimento, que não fazem parte do projeto original. Conseqüentemente, a Companhia assume que o valor residual vinculado ao projeto original de construção e instalação não tem o direito contratual de recebimento de indenização (Decreto nº 2.003/95).

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de implementação da infraestrutura considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção e melhoria da infraestrutura e encargos incidentes. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção e melhoria da infraestrutura foi determinada considerando-se o fluxo de caixa previsto para o ativo da concessão.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a remuneração dos ativos de concessão apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão apurada sobre o ativo financeiro de construção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de PIS e COFINS cumulativos, registrados na rubrica “impostos diferidos” no passivo circulante e não circulante.

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos.

- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Risco técnico: a infraestrutura das é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

### 3.9 Redução do valor recuperável (“impairment”)

#### a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

(i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

#### b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.10 Normas e interpretações que ainda não estão em vigor

**IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros.

**IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma.

## 4 Gestão de risco financeiro

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.238	1.238
Títulos e valores mobiliários	11.515	11.515
Contas a receber (ativo de concessão)	1.394	1.394
<b>Total</b>	<b>14.147</b>	<b>14.147</b>
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores e outras obrigações	773	773
<b>Total</b>	<b>773</b>	<b>773</b>

### Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis. Um mercado é visto como ativo se o preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

### Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.
- Contas a receber (ativo da concessão): no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida por meio de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, por meio do recálculo da TIR. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Não houve transferências entre os níveis de valor justo durante o exercício.

#### 4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

##### a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão – SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

A exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 1.394.

##### b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o seguinte:

- Risco relacionado às taxas de juros

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

### d) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Fornecedores e outras obrigações	773	-	-	-

### e) Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia estão expostas na data-base 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2017, foi extraída a posição do indexador Selic (6,75% ao ano) para um ano.

A Administração preparou três cenários de análise de sensibilidade. O cenário I (provável) considera as taxas de juros futuros observadas na data-base das demonstrações contábeis e os cenários II e III consideram uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

Instrumentos financeiros	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI	5	1.220	45	34	23
Títulos e valores mobiliários	Queda do CDI	5	11.515	785	589	393

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	18	-
Títulos de renda fixa - CDB (i)	1.220	-
Títulos e valores mobiliários (ii)	11.515	-
	<u>12.753</u>	<u>-</u>

(i) Aplicação em Compromissada, com lastro de terceiros e garantia de recompra pelo Banco Itaú S.A., com liquidez diária, sem perda de valor em caso de resgate antecipado e indexado à 55% do CDI.

(ii) Representam investimentos no Fundo Itaú High Grade, tiveram no ano de 2017, remuneração média referenciada ao CDI de 100,54%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

### 6 Despesas antecipadas

O saldo em aberto refere-se à apólice do seguro-garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia conforme descrito na nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo a amortizar é de R\$ 528, sendo R\$ 109 - circulante e R\$ 419 - não circulante.

### 7 Tributos a recuperar

	2017	2016
IRRF sobre aplicação financeira	54	-
	<u>54</u>	<u>-</u>

### 8 Conta a receber (ativo de concessão)

	2017	2016
Receita de construção	1.381	-
Receita de remuneração	13	-
	<u>1.394</u>	<u>-</u>

### 9 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	-	-
Adições	14	14
Depreciação	(1)	(1)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>13</u>	<u>13</u>
Taxa de depreciação anual	10%	

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 10 Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços fiduciários	285	-
Autarquia local	58	-
Serviços para o licenciamento ambiental	279	-
Outros custos	5	-
Serviço de pesquisa	66	-
Outros serviços	80	-
	<u>773</u>	<u>-</u>

### 11 Impostos diferidos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ e CSLL	232	-
Pis e Cofins	51	-
Total	<u>283</u>	<u>-</u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12).

### 12 Provisões

#### Contingências

O Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

### 13 Patrimônio Líquido

#### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 100 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, valor de R\$ 1,00 (um real) cada.

Em 01 de agosto de 2017, foi aprovado, através da AGE, o aumento de capital de R\$ 15.574.944 (quinze milhões, quinhentos e setenta e quarto mil, novecentos e quarenta e quatro reais), mediante a emissão de 15.574.944 (quinze milhões, quinhentas e setenta e quarto mil, novecentos e quarenta e quatro) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado é de no valor R\$ 15.575.044 (quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e quarenta e quatro reais), dividido em 15.575.044 (quinze milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e quarenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado.

	<b>Quantidade de ações - milhares</b>
Em 31 de dezembro de 2016	100
Ações preferenciais emitidas	<u>15.574.944</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>15.575.044</u>

### 14 Receita líquida

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro é como segue:

	<b>2017</b>	<b>01/02 a 31/12/2016</b>
Receita de construção	1.381	-
Receita de remuneração	13	-
Pis e Cofins diferidos	(51)	-
	<u>1.343</u>	<u>-</u>

### 15 Custos dos bens em construção

	<b>2017</b>	<b>01/02 a 31/12/2016</b>
Amortização seguro garantia (Nota 6)	(46)	-
Estudos vinculados a concessão (i)	(657)	-
Serviços fundiários	(285)	-
Autarquia local	(58)	-
Serviço para o licenciamento ambiental	(279)	-
Outros custos	(5)	-
	<u>(1.330)</u>	<u>-</u>

(i) Valor referente aos estudos vinculados à concessão, nos termos do art. 21 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os quais serão de uso exclusivo para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão.

### 16 Despesas gerais e administrativas por natureza

	<b>2017</b>	<b>01/02 a 31/12/2016</b>
Despesa com serviços profissionais	(590)	(12)
Honorários da diretoria (Nota 20).	(457)	-
Despesas com consultoria e assessoria	(118)	-
Despesa com aluguel	(43)	-
Despesa com viagens	(82)	-
Despesa com impostos e taxas	(13)	(1)
Outras despesa gerais	(73)	-
	<u>(1.376)</u>	<u>(13)</u>

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 17 Resultado financeiro, líquido

	<u>2017</u>	<u>01/02 a 31/12/2016</u>
Multa e Juros	(1)	-
Atualização monetária	(7)	-
<b>Despesas financeiras</b>	<u>(8)</u>	<u>-</u>
Receitas sobre aplicação financeira	296	-
<b>Receitas financeiras</b>	<u>296</u>	<u>-</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u>288</u>	<u>-</u>

### 18 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2017 era como segue:

a) Movimentação do do imposto de renda e da contribuição social correntes:

	<u>2.017</u>	<u>01/02 a 31/12/2016</u>
<u>Receita realizada</u>	32	-
IRPJ - 15%	(5)	-
CSLL - 9%	(3)	-
<b>Total</b>	<b>(8)</b>	-

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	<u>2.017</u>
Receita de construção	1.381
Receita de remuneração	13
Receita financeira	296
Total receita	<u>1.690</u>
<u>Receita não realizada</u>	
Receita de construção	1.381
Ativo financeiro	13
Total	<u>1.394</u>
IRPJ - 32%	446
Receita financeira	264
Total base de cálculo IRPJ	<u>710</u>
IRPJ - 15%	(107)
Adicional - 10%	(63)
<b>Total IRPJ diferido</b>	<b>(170)</b>
<b>Total CSLL diferida - 9%</b>	<b>(64)</b>
<b>Total IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(233)</b>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não apurou resultados tributáveis.

## Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 19 Seguro

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros é como segue:

<b>Modalidade</b>	<b>Importância segurada - R\$</b>	<b>Período de vigência</b>
Seguro-garantia	13.583.557	01 de agosto de 2017 até 08 de agosto de 2022

Esse contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens:

- Processos administrativos.
- Processos judiciais, inclusive execuções fiscais.
- Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa.
- Regulamentos administrativos.

Encontram-se também garantidos por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

### 20 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração da Administração, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$ 457, sendo pro-labore e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” como “Honorários da diretoria”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Pro-labore	(370)	-
Encargos sociais e benefícios	(87)	-
	<b>(457)</b>	<b>-</b>

A remuneração anual da administração da Companhia foi aprovada em 13 de junho de 2017.

